# Universalização do saneamento pode reduzir desigualdades e ampliar produtividade no Brasil

Estudo do Itaú BBA e da Inter.B Consultoria mostra que a cobertura de esgoto avançou dez vezes mais rápido entre os 20% mais pobres da população, com efeitos mensuráveis sobre saúde infantil, educação e patrimônio das famílias

**São Paulo, 16 de outubro de 2026** – A universalização do saneamento básico carrega uma dimensão social pouco explorada: o potencial de reduzir desigualdades históricas de acesso a serviços essenciais. É o que revela o estudo "Saneamento Básico: Investimento para Transformar o Brasil", desenvolvido pelo Itaú BBA em parceria com a Inter.B Consultoria.

O levantamento mostra que o país opera abaixo do que sua renda comportaria. Com PIB per capita de US$ 19.652 em paridade de poder de compra, o Brasil deveria apresentar cobertura de esgotamento seguro próxima de 63%, mas registra 55%.

O ciclo atual de investimentos, porém, vem alterando esse quadro. Entre 2016 e 2024, a cobertura de esgoto avançou 10,5 pontos percentuais entre os 20% mais pobres da população, contra 1,0 ponto entre os 20% mais ricos. As maiores assimetrias permanecem territoriais: 76,7% nas áreas urbanas contra 8,8% nas rurais, e 86,1% nas capitais contra 63,1% nos demais municípios.

“Durante muito tempo, o debate sobre saneamento esteve concentrado na expansão da infraestrutura. O que os dados mostram é que a discussão precisa avançar para os efeitos gerados. Quando o acesso ao saneamento evolui, ele cria condições para que regiões e populações historicamente menos atendidas participem de forma mais equilibrada do desenvolvimento econômico do país. Por isso, a universalização deve ser entendida não apenas como uma meta setorial, mas como parte de uma agenda mais ampla de redução de desigualdades”, afirma Eduardo Corsetti, co-head da diretoria de Infraestrutura & Energia do Itaú BBA.

Os impactos sobre a saúde infantil reúnem a evidência mais robusta do estudo. Em Salvador, a expansão da rede de esgoto reduziu em cerca de 21% a prevalência de diarreia infantil. Em Uruguaiana (RS), a cobertura de coleta passou de 16,3% em 2010 para 94,9% em 2024, período em que as internações por doenças associadas caíram de 174 para 37 casos.

Os efeitos se estendem à formação de capital humano e ao patrimônio das famílias. Segundo o Censo Escolar 2025 (INEP), cerca de 500 mil alunos estudam em escolas sem esgotamento sanitário e 1,3 milhão sem abastecimento de água. Já domicílios com saneamento apresentam aluguéis cerca de 30% superiores, e a universalização poderia gerar ganhos patrimoniais de aproximadamente R$ 48 bilhões em valor presente entre 2021 e 2040.

O custo de não investir também é mensurável: apenas as perdas de dias de trabalho associadas a diarreias e vômitos somam cerca de R$ 870 milhões por ano. Casos como o de Campinas, que universalizou o acesso dez anos antes do prazo legal, e o do Vale do Ribeira (SP), onde 23 municípios atingiram 100% de cobertura com estações modulares, mostram que a transformação é viável inclusive em territórios de baixa densidade.

“Os investimentos em saneamento geram benefícios que se refletem diretamente na saúde, na educação, na produtividade e na qualidade de vida da população. Antecipar esses projetos é acelerar esses impactos positivos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país”, ressalta Rogério Yamashita, responsável pela área de infraestrutura em project finance no Itaú BBA.

Segundo o estudo, o retorno social do setor está entre os mais elevados de qualquer política de infraestrutura: cada dólar investido gera, em média, US$ 4,30 em benefícios econômicos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a relação benefício-custo do esgotamento sanitário chega a 8,9 vezes, contra 2,5 vezes no abastecimento de água.

**Comunicação Corporativa – Itaú Unibanco**

imprensa@itau-unibanco.com.br